



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.094.707 - SP (2008/0208186-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : JOSÉ MARIA COELHO
ADVOGADO : MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - DEFENSOR PÚBLICO

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INOCORRÊNCIA. INTERRUÇÃO DE LAPSO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. SÚMULA 441/STJ. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Tem prevalecido nesta Corte o entendimento no sentido de que a prática de falta grave não tem o condão de interromper o lapso para concessão de benefícios. Nesse sentido o enunciado nº 441 da Súmula desta Corte: "A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional".

2. Incide o enunciado 83 deste Superior Tribunal de Justiça, o qual se aplica tanto no que concerne aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP) e Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ/CE) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Brasília, 17 de maio de 2011(Data do Julgamento)

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Relatora



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.094.707 - SP (2008/0208186-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
AGRAVADO : **JOSÉ MARIA COELHO**
ADVOGADO : **MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - DEFENSOR PÚBLICO**

RELATÓRIO

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (Relatora):

Trata-se de agravo regimental interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, contra decisão monocrática, de minha lavra, que negou seguimento ao recurso especial, nos seguintes termos:

"PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INOCORRÊNCIA. INTERRUPTÃO DE LAPSO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. SÚMULA 441/STJ. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO". (fls. 183/186).

Sustenta o recorrente, às fls. 196/205, que é infundada a adução de que, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, "é pacífico o entendimento acerca da não interrupção do lapso temporal para concessão de benefícios após o cometimento de falta disciplinar de natureza grave". Assevera, ademais, que "há sim previsão legal para a interrupção do lapso temporal, sendo tal providência consectário lógico da combinação do artigo 122 com o artigo 118 da Lei de Execução Penal".

É o relatório.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.094.707 - SP (2008/0208186-7)

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INOCORRÊNCIA. INTERRUÇÃO DE LAPSO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. SÚMULA 441/STJ. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Tem prevalecido nesta Corte o entendimento no sentido de que a prática de falta grave não tem o condão de interromper o lapso para concessão de benefícios. Nesse sentido o enunciado nº 441 da Súmula desta Corte: "A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional".
2. Incide o enunciado 83 deste Superior Tribunal de Justiça, o qual se aplica tanto no que concerne aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.

VOTO

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (Relatora):

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, conforme explicitado na decisão agravada, tem prevalecido nesta Corte o entendimento no sentido de que a prática de falta grave não tem o condão de interromper o lapso para concessão de benefícios, pois o artigo 127 da Lei de Execuções Penais prevê, em casos de falta grave, apenas a perda dos dias remidos, devendo entender-se que o novo período a que alude a norma refere-se à aquisição de nova remição. Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. ARTS. 118; 127 E 128, TODOS DA LEP. ARTS. 557, *CAPUT*, DO CPC; E 3º, DO CPP. DECISÃO MONOCRÁTICA. LEGALIDADE. INTERRUÇÃO DO LAPSO DE CUMPRIMENTO DE PENA, PARA FINS DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, PELO COMETIMENTO DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. O julgamento monocrático firmado em precedentes deste Tribunal obsta suposta violação ao ordenamento jurídico pátrio (arts. 3º, do CPP; e 557, § 1º, do CPC). 2. O cometimento de falta disciplinar de natureza grave tem como conseqüências somente a regressão de regime prisional e a perda dos dias remidos (arts. 118; 127 e 128, todos da LEP). 3. O cometimento de falta disciplinar de natureza grave não acarreta a interrupção do prazo de cumprimento de pena, para fins de concessão de benefícios. 4. A determinação de nova data-base, para



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

fins de concessão de benefícios, a partir do cometimento da falta disciplinar caracteriza coação ilegal. 5. O agravo regimental não merece prosperar, porquanto as razões reunidas na insurgência são incapazes de infirmar o entendimento assentado na decisão agravada. 6) Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no HC 171.013/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 06/12/2010).

"EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. COMUTAÇÃO DE PENA. DECRETO 6.294/07. REQUISITO OBJETIVO. COMETIMENTO DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ORDEM CONCEDIDA. LIMINAR CONFIRMADA. 1. Consoante o entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o cometimento de falta grave não interrompe o prazo estipulado, como critério objetivo, para apreciação dos pedidos de livramento condicional ou de comutação da pena, pois tal procedimento constrangeria o sentenciado ao cumprimento de requisito temporal não-previsto em lei. 2. Ordem concedida para, anulando a decisão singular e o acórdão impugnado e confirmando a liminar deferida, reconhecer ao paciente o direito à comutação da pena, sem a interrupção em razão da falta grave cometida, cuja efetivação, todavia, dependerá da análise, por parte do Juízo das Execuções Criminais, dos demais requisitos legais exigidos para a concessão do benefício pleiteado". (HC 139.775/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 29/09/2009, DJe 03/11/2009).

"*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. CRIME HEDIONDO. FATO DELITIVO ANTERIOR À LEI 11.464/07. IRRETROATIVIDADE DA LEI MAIS GRAVOSA. REQUISITOS OBJETIVOS SATISFEITOS. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE PRATICADA APÓS O CUMPRIMENTO DE 1/6 DA PENA. INEXISTÊNCIA DE EXAME CRIMINOLÓGICO. FUNDAMENTO INIDÔNEO PARA AFASTAR O REQUISITO SUBJETIVO. INTERRUPTÃO DO LAPSO TEMPORAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. 1. Com a declaração de inconstitucionalidade do óbice à progressão de regime prisional aos condenados por crimes hediondos e assemelhados, a remansosa jurisprudência desta Corte passou a aplicar o art. 112 da Lei de Execução Penal - nas execuções dos delitos elencados na Lei n.º 8.072/1990, reconhecendo, assim, a possibilidade de progressão de regime, após o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena. 2. É pacífico nesta E. Corte o entendimento de que, aos condenados por crimes hediondos praticados antes da entrada em vigor da Lei n.º 11.464/2007, não pode ser exigido o lapso de cumprimento de pena nela previsto, por trata-se de lei mais severa. 3. O art. 127 da LEP prevê expressamente, em casos de falta grave, apenas a perda dos dias remidos. O novo período a que alude o art. 127 diz respeito à aquisição de nova remição. Logo a data-base para a progressão de regime deve ser mantida, pois o cometimento de falta grave acarreta regressão de regime, expressamente prevista no art. 118 da LEP, e a perda dos dias remidos, na forma do art. 127 da mesma lei. Nada mais. 4.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A prática de falta grave, desacompanhada de exame criminológico, é fundamento inidôneo para afastar o preenchimento do requisito subjetivo, mormente quando cometida mais de cinco anos após o decurso do lapso necessário para a progressão de regime. 5. Ordem concedida para reconhecer que o lapso necessário à progressão de regime é de 1/6 (um sexto), afastando, pois, o óbice relativo ao requisito objetivo, e, de ofício, para declarar que a prática de falta grave não altera a data-base para a concessão de benefícios na execução da pena. Ao E. Juízo das Execuções caberá a análise do requisito subjetivo". (HC 135.257/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 25/08/2009, DJe 14/09/2009).

"Execução penal (regime de cumprimento). Falta grave (regressão). Novos benefícios (progressão). Lapso temporal (interrupção). Previsão legal (ausência). 1. O art. 111 da Lei de Execução Penal não determina que, na hipótese de cometimento de falta grave, seja alterada a data-base para a contagem dos prazos necessários ao deferimento de benefícios da execução da pena. 2. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no REsp 1101631/RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2009, DJe 03/11/2009).

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME E PERDA DOS DIAS REMIDOS. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA PARA AMBOS OS CASOS (ARTS. 118 E 127 DA LEP). PRECEDENTES. INTERRUÇÃO DE LAPSO PARA PROGRESSÃO DE REGIME. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ORDEM CONCEDIDA EM PARTE. 1. O cometimento de falta grave acarreta duas punições: a regressão de regime e a perda dos dias remidos. Precedentes. 2. Não há previsão legal de interrupção do lapso para nova progressão de regime em caso de cometimento de falta grave. 3. Ordem concedida em parte, preservando a data-base para nova progressão". (HC 123.450/RS, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 11/05/2009).

Ao ensejo, confira-se, ainda, o enunciado nº 441 da Súmula desta Corte, *verbis*: "A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional". Dessarte, deve ser mantida a data-base para fins de concessão de benefícios da execução, nos termos do que assentou o Tribunal de origem.

Verifica-se, dessa forma, que incide, *in casu*, a orientação prevista enunciado 83 deste Superior Tribunal de Justiça, a qual se aplica tanto no que concerne aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, no sentido de que "não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.

É como voto.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEXTA TURMA

Número Registro: 2008/0208186-7

AgRg no
REsp 1.094.707 / SP
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 344234

4910683

49106838

EM MESA

JULGADO: 17/05/2011

Relatora

Exma. Sra. Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

Presidente da Sessão

Exma. Sra. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

Secretário

Bel. ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RECORRIDO : JOSÉ MARIA COELHO

ADVOGADO : MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - DEFENSOR PÚBLICO

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes contra o Patrimônio - Latrocínio

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

AGRAVADO : JOSÉ MARIA COELHO

ADVOGADO : MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - DEFENSOR PÚBLICO

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEXTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora."

Os Srs. Ministros Og Fernandes, Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), Celso Limongi (Desembargador convocado do TJ/SP) e Haroldo Rodrigues (Desembargador convocado do TJ/CE) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura.